

# 3ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF

Delegado: *Antônio Armando da Costa*, SPGL

## Comunicação

Caros e Caras Colegas Delegados e Delegadas,

Estamos aqui reunidos nesta Conferência Nacional de Docentes Aposentados Da FENPROF, por nós criada há 39 anos, para fazer o balanço da actividade da FENPROF nesta frente de luta, e programarmos a luta futura para garantirmos a dignidade dos nossos colegas, cidadãos e cidadãs seniores das 3ª e 4ª idades.

Este desiderato terá de ser alcançado num quadro sócio-político contraditório. Por um lado os órgãos de topo político internacionais, e.g. a Organização das Nações Unidas e a União Europeia fazem brilhantes exegeses sobre as necessidades dos cidadãos e cidadãs seniores, como vem referido no Projecto de resolução; mas por outro lado a verdade é que o Sistema Capitalista que nos subjaz está num processo de recessão organizada, procurando aumentar os seus superlucros à custa dos trabalhadores, procurando garantir que na divisão do produto os capitalistas recebem cada vez mais, **os grupos económicos anunciam quatro mil milhões de euros de lucros nos primeiros nove meses do ano**, e os trabalhadores e respectivos pensionistas recebem cada vez menos, neste caso seja através de salários e pensões, seja através de serviços que têm de ser responsabilidade do Estado. Estes serviços estão num processo de degradação acelerada, porque se quer gastar cada vez menos com eles, quando a tendência será gastar cada vez mais, e.g. devido ao aumento do número de seniores, e em particular pretendendo que os respectivos trabalhadores sejam no menor número possível, sem direito a carreiras estáveis e com níveis salariais indignos das respectivas profissões.

Na verdade, algumas remunerações salariais e as pensões são diminutas e têm de ser aumentadas, e.g. no caso das pensões aquém definitivamente do limiar mínimo de pobreza, e devendo atingir níveis que estejam para além da simples satisfação de quatro refeições ao dia, e inclua a satisfação de necessidades culturais em larga escala e a existência duma saudável vida familiar, e sem ter de cobrir situações financeiras difíceis

doutros familiares. Mas elas não acompanham o crescimento do custo de vida e assim o nível de vida das populações diminui. No caso dos pensionistas esquece-se que uma parte significativa de pensões vai para gastos com saúde, e.g. medicamentos, que no caso dos doentes crónicos deveriam ser gratuitos. O Governo em vez de aumentar os salários e pensões de acordo com estes aumentos do custo de vida, o que seria uma política cidadã, faz pseudo-aumentos salariais e trata os sectores mais desfavorecidos seguindo uma política assistencialista de subsídios-esmolos; entretanto aos sectores pensionistas de topo aumenta os respectivos salários em percentagem inferior ao que seria desejável.

O progressivo envelhecimento da população portuguesa é de facto inseparável da quebra generalizada de natalidade como afirma o Projecto de Resolução. E esta quebra generalizada permite que os apóstolos do Sistema capitalista afirmem estarem as nossas pensões em perigo devido à deterioração progressiva da razão entre pessoal no activo a diminuir, e pessoal na reforma a aumentar, pois as contribuições do pessoal do activo ajudam a pagar as nossas reformas, apesar do que já descontámos. Mas a actuação do poder político não estabelece uma política generalizada de aumento da natalidade, defendendo o direito das mulheres a serem mães, antes permite que formas indignas de trabalho se instalassem, e fecha os olhos às ilegalidades praticadas pelos patrões sobre as mulheres que querem ser mães, um aspecto particular, mas muito importante, da desvalorização da actividade laboral, e que impede a renovação de gerações. E também não toma outras medidas que permitam a sustentabilidade da Segurança Social como veremos a seguir.

Na verdade, assistimos a uma política generalizada de baixos salários, e à proliferação de situação de precariedade laboral, inexistência de progressões na carreira, com devastadoras consequências para as pensões actuais, e para as pensões futuras, com especial incidência na docência e investigação. No sistema Universitário/Politécnico assistimos à proliferação da precariedade não só na Investigação, mas também no Ensino Superior. E isto é um objectivo do Estado e do Governo. A insigne investigadora e Ministra Elvira Fortunato deu recentemente uma entrevista ao Jornal Expresso a 30/09/2022. Respondendo à pergunta **“Nos últimos anos houve a tentativa de aumentar a estabilidade dos investigadores, transformando bolsas em contractos de trabalho, mas são contractos a prazo. Ou seja, continua a não haver nenhuma garantia de emprego”**

afirmou: **“Para todos não. Se integrarmos todos no quadro, matamos a ciência. O sistema tem de ter alguma permeabilidade, no sentido em que há sempre uns que saem — para as empresas, para a indústria, para outras profissões — e outros que entram. Senão, o sistema bloqueia”**. A nossa colega e insigne Ministra opõe-se ao princípio tantas vezes afirmado pela CGTP-IN e simultaneamente pela FENPROF, de que o trabalho permanente deve ser executado por trabalhadores em posições permanentes. Só que tal política governamental é violadora dos Direitos Humanos, donde anti-cidadã, pois mantém os docentes e investigadores precários escravos dos donos da Ciência, vivendo estes à custa do sangue suor e lágrimas dos nossos colegas no activo, estes sem carreiras dignas e salários igualmente indignos, com perspectivas de quando reformados, terem pensões miseráveis. Por outro lado, haver quadros permanentes não mata a Ciência, pois ter um corpo de Investigadores altamente qualificados e felizes, permite potenciar o desenvolvimento da Ciência, e ao Governo ter uma palavra a dizer sobre a Investigação a conduzir. Porém não há grandes esperanças nesta frente, pois não podemos contar com a nossa insigne colega Ministra, a não ser que os Docentes e Investigadores lutem como trabalhadores intelectuais, que são, pelo seu futuro, como fizeram os nossos colegas docentes e investigadores do Instituto Superior de Engenharia do Porto na última Greve da Função Pública, em vez de estarem à espera de conseguir serem capatazes ao serviço do Governo e dos interesses que o sustentam.

Mas a sustentabilidade da Segurança Social Pública Universal e Solidária, e dos sistemas de pensões, necessita de novas fontes de financiamento, como correctamente afirma o Projecto de Resolução. É necessário que sejam pagas as dívidas à segurança social, um combate consequente à fuga e evasão fiscal e contributiva, assim como devem ser restituídas, através do Orçamento do Estado, das verbas retiradas à Segurança Social para satisfação de todas as medidas excepcionais que o Estado resolveu efectuar ao arrepio da natureza da Segurança Social, e.g. as do Covid-19. O desenvolvimento da III Revolução Industrial e a sua passagem à IV Revolução Industrial, o reino da Inteligência Artificial, permitirá e deverá taxar para a Segurança Social os lugares robotizados de trabalhadores despedidos, como se estivessem ao serviço. Mas como a IV Revolução Industrial exige quadros altamente qualificados, com salários muito mais elevados, as contribuições para a Segurança Social poderão ser

ainda maiores, desde que os direitos destes trabalhadores intelectuais sejam respeitados.

Colegas Delegados e Delegadas,

O bem-estar de todos os pensionistas, passa pelo desenvolvimento das Universidades Seniores ou Intergeracionais, para uma actividade qualificada. Mas O bem-estar dos nossos pensionistas, muitos dos quais sozinhos e isolados, implica a criação duma rede pública de lares de idosos aonde eles possam passar bem e com a alegria possível o resto das suas vidas. Existe hoje uma rede de Instituições Privadas de Solidariedade Social sem fins lucrativos, vulgo IPSSs, que não cobre toda a população, e sem ajudas adequadas do Governo, de que os “Inválidos do Comércio” é um exemplo a seguir.

Fundada em 1929, por Alexandre Ferreira para os trabalhadores do Comércio de Lisboa, e hoje aberta a todos os trabalhadores, “Inválidos do Comércio” estará com certeza aberto a contribuir para nos ajudar a construir um projecto adequado.

Colegas Delegados,

Esta foi uma curta contribuição para esta Conferência, cujos documentos são de uma qualidade excelente assinalável, e cujo Relatório de actividades e Proposta de Resolução votarei favoravelmente.

A luta espera por nós.

Muito obrigado a todos.